

Audiência Pública de Apresentação dos Estudos Ambientais – EIA-RIMA, do Loteamento Artesano Minas Gerais, realizada em Vespasiano – MG - 18.01.2024

(Transcrição)

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Boa noite a todos! Sejam todos bem-vindos a essa audiência pública do empreendimento Artesano Minas Gerais, Processo de Licenciamento n.º 701/2023, localizado no município de Vespasiano, referente à atividade de Loteamento do Solo Urbano, exceto Distritos Industriais e Similares e Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, conforme classificação na deliberação normativa COPAM n.º 217/2017.

Eu sou Liana Notari Pasqualini, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana e irei presidir essa audiência pública. Compõem a Mesa Diretora a senhora Angélica Aparecida Cezini, Coordenadora do Controle Processual Central Metropolitana e o senhor Mateus Romão Oliveira, Coordenador de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

Vamos agora à execução do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional Brasileiro)

Vamos agora dar início aos trabalhos da audiência.

Eu informo que estão abertas as inscrições por 60 minutos para a manifestação durante a audiência pública. Agora são 19h19min; portanto, as inscrições podem ser feitas até às 20h19min; a pessoa responsável por auxiliar na inscrição é a Tatiana Diniz, que se encontra aqui à nossa esquerda.

Essa audiência pública tem cinco partes, a primeira parte é essa abertura que estamos fazendo; a segunda parte é a exposição do empreendedor e de sua equipe técnica sobre o empreendimento; a terceira parte é a manifestação dos inscritos e as considerações do empreendedor; a quarta parte são as últimas considerações e a quinta parte é o encerramento.

Quanto às regras gerais: as inscrições serão organizadas de acordo com a ordem de inscrição e podem se inscrever para manifestação oral as 36 primeiras pessoas. Os responsáveis do empreendimento, funcionários, prepostos ou pessoas ligadas ao

empreendimento podem fazer a inscrição de um máximo de 8 pessoas, garantindo assim a fala de toda a comunidade, salvo se não atingir o número de 36 inscrições.

Eventuais manifestações excedentes podem ser entregues por escrito e serão respondidas pelo empreendedor.

As respostas serão disponibilizadas aos requerentes em até 5 dias após a audiência. Além disso, os interessados poderão, no prazo de até 5 dias úteis após a audiência, apresentar documentos ou formular perguntas referente as questões envolvidas e encaminhar a FEAM.

Para estes, o empreendedor disporá de prazo de 5 dias úteis para apresentar as devidas respostas.

Essa audiência pública está sendo transmitida pelo *YouTube*.

Expostas essas regras gerais do desenvolvimento do nosso trabalho, já está contando o prazo para inscrição dos manifestantes e reforço, que é apenas por 60 minutos.

Outro recado é que nós temos banheiros disponíveis no fundo da escola para quem precisar; e agora nós passaremos para a exposição do empreendedor e seus representantes, que é a segunda parte.

A apresentação do projeto e dos Estudos através da exposição e da sua equipe técnica será de até 45 minutos.

Eu convido ao representante do empreendimento para fazer a sua apresentação.



A SR.ª LAÍS MIRANDA – (EMPREENDEDOR) - Boa noite a todos, sejam bem-vindos, agradecemos muito a presença de vocês.

Meu nome é Laís Miranda, eu sou Gerente de Aprovações de Projetos da Artesano Urbanismo. A Artesano é a empresa desenvolvedora do projeto na fazenda Maçarico de Cima, que é bem próxima daqui da área, e nosso objetivo aqui hoje é apresentar a vocês o projeto, apresentar os Estudos ambientais que foram feitos durante anos, e que hoje estão em análise pelo órgão estadual de Minas ambiental.

Então eu vou começar contando quem é Artesano Urbanismo, vou falar do projeto, e depois eu passo a palavra para Ferreira Rocha, que fez os Estudos ambientais para a gente.



Bom Artesano é uma empresa relativamente nova, mas como uma história de pioneirismo, por conta dos seus sócios, a história do Renato Albuquerque começa em 1950, com a fundação da Construtora Albuquerque Tacaoca, uma construtora bem importante à época, com muitas obras públicas, residenciais e a partir de 73 eles começam na área de urbanização. Inicia com a compra de uma área em Barueri, que é uma cidade grudada com São Paulo, e a partir daí inicia o desenvolvimento do bairro Alphaville, hoje bairro Alphaville tem mais de setenta mil moradores e a partir de 95 eles fundam Alphaville Urbanismo, a partir de 2000, o Nuno Lopes Alves junta-se ao Dr. Renato Albuquerque e iniciam a expansão da Alphaville, dos residenciais Alphaville Urbanismo pelo Brasil todo.

De 2007 a 2013 eles fazem a venda do controle acionário da Alphaville para fundo de investimento e, quando inicia a venda, eles têm um período de dez anos de *non compete*, de não abrir alguma outra empresa do mesmo setor, e esse período encerrou em 2017, quando eles fundaram Artesano Urbanismo, para trazer uma nova geração de empreendimentos imobiliários para o Brasil. O Marcelo Willer foi Diretor Presidente da Alphaville por dezoito anos, também é sócio da Artesano Urbanismo.



Só para compartilhar com vocês, a gente também está desenvolvendo empreendimento em outras cidades, Campo Grande, Curitiba, Londrina, Campinas, Ribeirão Preto, Santana de Parnaíba, São José dos Campos e aqui em Vespasiano.



A Artesano é uma empresa B Certificada. Essa é uma certificação internacional super criteriosa, que avalia as melhores práticas de sustentabilidade e governança. Essa é uma certificação que tem que ser renovada a cada dois anos; então tem uma medição de tudo o que a gente está fazendo de sustentabilidade e governança.

A Artesano também assinou o Pacto Global com a ONU, onde se comprometeu com as melhores práticas voltadas para a segurança do trabalho, antidiscriminação, antitrabalho escravo e as melhores práticas voltadas a compliance de todas as nossas em todas as nossas áreas.



A Artesano fundou o Instituto Artesano para atuar nas cidades onde o Artesano Urbanismo vai. As frentes de atuação são urbanismo regenerativo, mudanças climáticas e meio ambiente.



Eu trago aqui um nosso primeiro projeto é o Artesano Galleria, ele foi lançado e já entregue para os clientes. Trago como uma referência do que a gente quer trazer para Vespasiano. Nessa imagem, acho que a gente consegue ver a vida, a residência, a moradia, junto com a área verde. Nesse projeto, a gente triplicou a quantidade de matas, de árvores. É o que a gente quer fazer aqui, é o que a gente acredita como moradia; esse projeto ganhou o prêmio de Sustentabilidade e Meio Ambiente.



CONSTRUÇÃO: MADEIRA ENGENHEIRADA



PRÉ-FABRICADA
- RESÍDUOS DE OBRA
+ RESISTÊNCIA
CONTROLE DE QUALIDADE
ABSORVE COMPONENTES DE CO₂

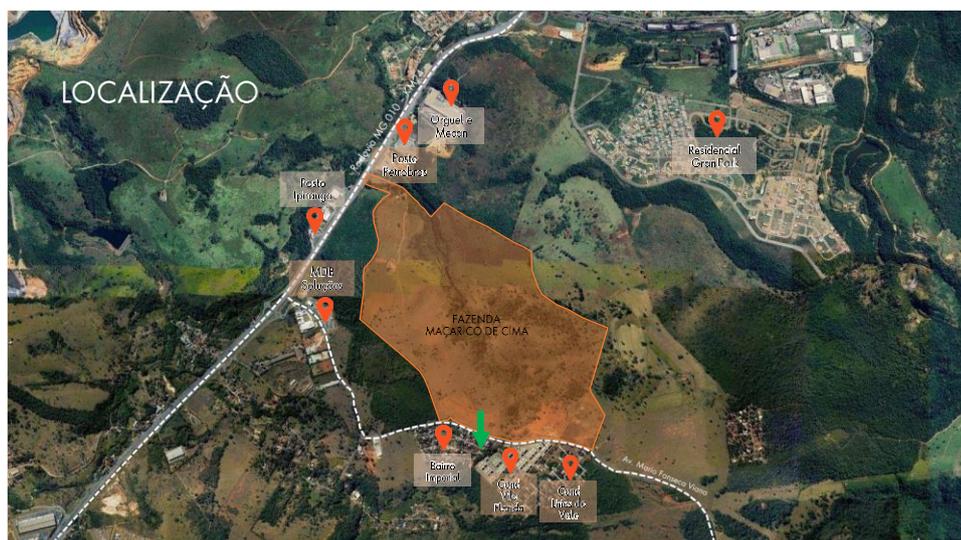
Fotos: Portaria e Clube Artesano Galleria

Eu trago aqui também uma questão de materialidade, que é uma coisa que nós estamos buscando nos nossos projetos, buscando trazer materiais que agridam menos o meio ambiente. Em Campinas, em todas as edificações, é o que a gente quer fazer aqui também. A gente usou essa madeira engenheirada ela tem n vantagens, por ser pré-fabricada, uma obra limpa, tem a questão da resistência, controle e é um material que absorve gás carbônico, que hoje é o grande vilão aí da mudança climática. É uma coisa que a gente está buscando a melhoria construtiva de materiais e é o que a gente quer fazer aqui também.



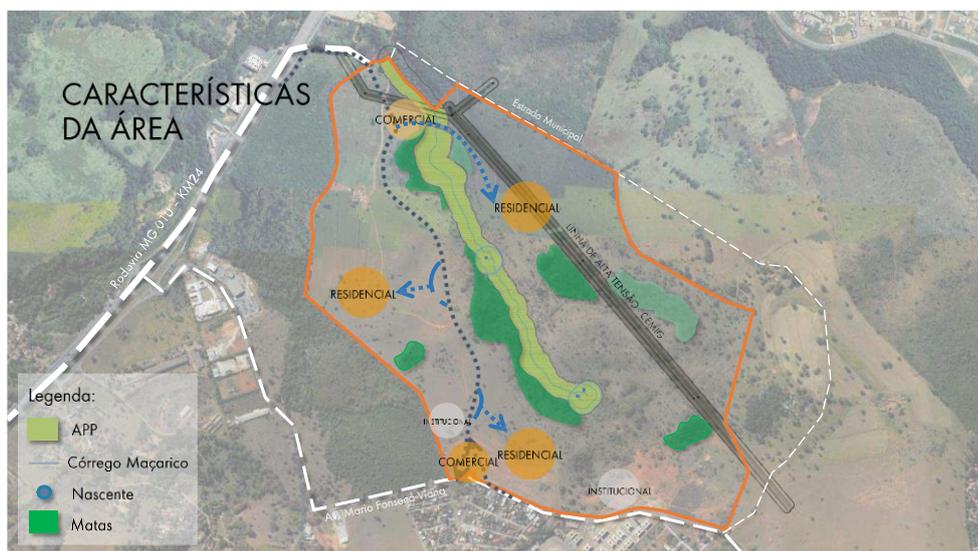
Agora, entrando aqui no projeto em Minas, essa é a localização, é a Fazenda Maçarico de Cima, é uma área de 1.600.000 m². O acesso ao norte é pela Rodovia MG-10, km 24. O acesso mais ao sul é pela Mário Fonseca Viana, bem próximo daqui, eu trago uma localização, dando um zoom maior, então coloquei até uma setinha de onde nós estamos; aqui a escola, próximo aqui desse acesso sul, à área, eu vou mostrar no projeto, vai ter uma via que conecta norte-sul. Então essa é a área objeto do projeto e objeto do licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental.

Antes da gente iniciar qualquer projeto, a gente contrata uma consultoria ambiental, no caso, nós contratamos a Ferreira Rocha, uma consultoria ambiental mineira, que faz todo o mapeamento da área. Então eles entregam para a gente o cenário de restrição ambiental para a gente projetar.



Então, a área, no centro da área tem o córrego Maçarico, tem algumas nascentes, por lei, existe os afastamentos necessários para serem preservados. Isso está integralmente preservado em nosso projeto. Tem uma linha, tem uma rede de elétrica da Cemig na área. Isso também está mapeado; áreas de matas que serão preservadas e depois vocês vão ver na imagem que também vão ser as outras áreas, que estão um pouco mais sem tanta vegetação, o que a gente quer trazer é a revegetação. E aí, fora os aspectos ambientais, a gente já faz análise de toda a legislação municipal, estadual; então a gente iniciou o processo de aprovação junto à Prefeitura de Vespasiano e tem a solicitação da Prefeitura de ter uma via de conexão entre a MG-10 e a Mário Fonseca Viana. Então esses são os partidos do projeto. E a partir desse acesso principal que vai ter essa conexão, a gente entende que esses acessos principais têm vocação para ter áreas comerciais em ambos os acessos, tanto junto ao bairro Imperial quanto a rodovia.

Definimos a junto com Prefeitura a localização das áreas institucionais, que é obrigatório por lei doar uma porcentagem de terreno, quando faz o parcelamento do solo para a Prefeitura. Então esses terrenos ficam aqui no limite sul da área, e a partir daí, a gente distribui as áreas residenciais. São três loteamentos fechados.



Então aqui o desenho do projeto sobreposto à imagem aérea. Aqui no centro a gente deixa a própria imagem do córrego Maçarico, que vai ser totalmente preservado, as matas regeneradas. Então, a ideia é tirar um partido mesmo dessa grande área verde que ficou ao centro do projeto, essa via de ligação, solicitada pela Prefeitura, é uma via de trânsito livre para os bairros e para os futuros moradores, e a gente quer fazer uma via bem bacana, com um parque linear, com atividades de lazer, de estar, de contemplação para essa área linda área verde que vai ficar ao centro do projeto e os três residenciais.



Essa é uma imagem aérea feita de drone olhando da rodovia para a área, então tem essa grande área verde aqui do córrego Maçarico, aqui no ao fundo está o bairro Imperial. Nós fizemos uma montagem do projeto que estamos licenciando e aprovando, claro, pode ter alguma alteração, mas esse é o projeto.

Então a ideia é formar mesmo uma grande área verde aqui no meio, no centro, essa via, fazer uma via bem bacana, com programas de lazer, e a partir daí, os as áreas residenciais.

Essa imagem é ao contrário; aqui é o bairro Imperial, então aqui tem uma área comercial, essa via, essa grande área verde ao centro e as áreas residenciais.



E essa é uma imagem de referência do que a gente quer trazer para o Parque Linear, que é fora a via, uma grande calçada, ciclovia, aqui tem uma referência de um espaço de estar com bancos, atividades. Então a gente quer trazer um espaço de qualidade para o município e para o bairro.

INVESTIMENTOS

ARTESANO
O NOVO URBANISMO

R\$215 MM EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA

+ DE 3.520 EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS DURANTE A FASE DE IMPLANTAÇÃO

+ DE 3.000 EMPREGOS PERMANENTES E TEMPORÁRIOS DURANTE A FASE DE OPERAÇÃO

R\$15 MM EM ARRECADAÇÃO DE IPTU

+ ARRECADAÇÃO DE ISS

O projeto completo, ele demanda um investimento de 215 milhões em obras de infraestrutura, tem geração de empregos durante a Fase de Implantação, que são as obras, e a Fase de Operação, que é quando os moradores começam a construir suas casas. Então são mais de 3.000 empregos durante a Implantação, entre empregos diretos e indiretos, mais de 3.000 empregos permanentes e temporários durante a Operação, além de arrecadação de IPTU e ISS para o município, em média 15 milhões de arrecadação anual para o município de Vespasiano.

Bom, minha parte é isso, eu vou passar agora para a Consultoria Ferreira Rocha, obrigada!



O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) - Boa noite a todos, como a Laís me apresentou, eu estou representando aqui a empresa Ferreira Rocha que foi a Consultoria para apoiar nesse projeto, fazer os Estudos ambientais. A gente está aqui também com uma equipe multidisciplinar, para sanar as dúvidas, qualquer coisa que venha a surgir.

Então, dando continuidade à apresentação da Laís. A Ferreira Rocha, entra no Estudo, principalmente nessa parte da caracterização da área que o empreendimento vai ser implantado, realizando todos esses Estudos, para viabilidade junto ao órgão ambiental. Então a gente elabora esses Estudos, apresenta ao órgão ambiental para atestar a viabilidade ou não do empreendimento.

O QUE É O EIA / RIMA?

EIA: ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
RIMA: RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

EIA

- Estudo técnico detalhado

RIMA

- Resumo do EIA para apresentação à população em geral

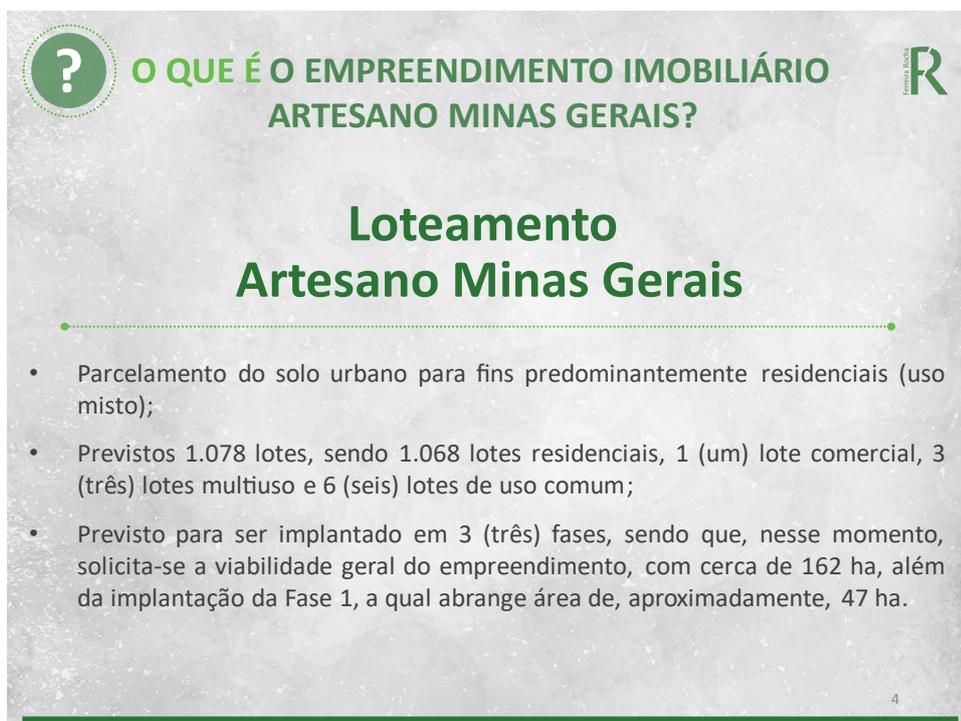
- Apresenta o Projeto a ser implantado
- Estuda a Área na qual se insere
- Identifica e avalia os impactos previstos
- Propõe medidas necessárias

Estudos adicionais

2

Então, para a gente chegar nesses resultados, a gente elabora um Estudo que se chama EIA-RIMA, que é o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental. Então nada mais é o EIA, é esse um Estudo mais robusto, mais completo, que apresenta vários volumes com uma caracterização bem detalhada da área, em que vai ser instalado o empreendimento. Já o RIMA é basicamente um resumo do que é apresentado no EIA. Esse resumo é uma condensação de todos os resultados que foram obtidos durante esses Estudos, e com uma linguagem, talvez mais acessível, menos técnica do que apresentado no EIA, para ter um, para conseguir atender o maior número de pessoas durante essa leitura, um maior entendimento.

Além desses dois Estudos do EIA e do RIMA, também existem outros Estudos adicionais que compõem todo esse diagnóstico da área que que está sendo pleiteada para o empreendimento. Então, além dos Estudos adicionais entre a apresentação do projeto a ser implantado, como a Laís já nos explicou, então tem um Estudo da área a qual se insere o empreendimento que são esses diagnósticos, esses Estudos detalhados da área, e a partir desses resultados, ocorre a avaliação dos possíveis impactos, tanto negativos quanto positivos que o empreendimento pode estar causando localmente e, a partir dessa avaliação de impacto, são propostas medidas de mitigação dos impactos ou também de potencializar os impactos positivos que foram observados.



O QUE É O EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO ARTESANO MINAS GERAIS?

Loteamento Artesano Minas Gerais

- Parcelamento do solo urbano para fins predominantemente residenciais (uso misto);
- Previstos 1.078 lotes, sendo 1.068 lotes residenciais, 1 (um) lote comercial, 3 (três) lotes multiuso e 6 (seis) lotes de uso comum;
- Previsto para ser implantado em 3 (três) fases, sendo que, nesse momento, solicita-se a viabilidade geral do empreendimento, com cerca de 162 ha, além da implantação da Fase 1, a qual abrange área de, aproximadamente, 47 ha.

4

Então, nesse primeiro momento, a gente está solicitando essa Licença Prévia para essas 3 Fases que a Laís, explicou, que engloba mais ou menos 162 há.; e já a Licença de Instalação, que já vai ser o início das obras em si, vai ser apenas para essa Fase 1, que a Laís também explicou, que ela ocupa mais ou menos uma área de 47 ha. Então, num primeiro momento, a Licença de Instalação pleiteada é só para essa Fase 1.



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
MEIO FÍSICO**

- **Terreno com “forte” influência cárstica.**
- **Ausência de processos erosivos** significativos na área.
- Presença de uma **dolina** e **ausência de cavidades.**
- Solos rasos e espessos e **resistentes para construção civil.**
- **Índice de Qualidade de Água “Bom”** em todas as estações do ano, exceto na sazonalidade de chuva que o índice foi “Médio”.



16

Então a durante o processo dos Estudos, a gente também, junto com o empreendedor, a gente busca justificativas de processos erosivos significativos na região, tanto na ADA quanto em seu entorno. Então é uma área que não apresenta muita erosão, boçorocas, então é uma área que, conseqüentemente apresenta um solo propício e resistente para esse tipo de implantação civil, que é essa obra que está sendo pleiteada.

Em relação às cavernas, também foi feito o Estudo, não foi observado a presença de nenhuma caverna na ADA nem em seu entorno, mas é importante destacar a presença de uma dolina, que uma bacia que capta a região água de chuvas em volta, então tem essa dolina na dentro da área diretamente afetada do empreendimento; mas essa dolina vai ser preservada, também ela tem que ser preservada por lei e vai ser mantida e recuperada a sua vegetação também.

E em relação à qualidade da água, foi observado nos resultados, que a qualidade foi considerada boa em uma maior parte do ano, somente durante o período de chuva, essa qualidade cai um pouco para média, mas isso é explicado também por causa de carreamento de outras substâncias durante o período chuvoso, de maior turbidez da água também nesse período.

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL MEIO BIÓTICO

TEMAS ESTUDADOS

- Bioma;
- Áreas Prioritárias;
- Reservas da Biosfera;
- Unidades de Conservação;
- Flora e Vegetação;
- Peixes;
- Insetos vetores;
- Anfíbios e Répteis;
- Aves; e
- Mamíferos.

Meses	Ano
Maio/Junho (Seca)	2022
Outubro/Novembro (Chuva)	

Agora, em relação à temática do Meio Biótico, esse Estudo da flora da vegetação e também dos animais, a gente pode observar, os temas estudados foi basicamente o bioma, o bioma é essa vegetação, o que ocorre na região, a predominância da vegetação.

Foram estudados também o que a gente chama de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Então, observa se o empreendimento está dentro de alguma área prioritária para conservação ou não; se estiver como que vai ser. Foi também feito um Estudo sobre as reservas das da biosfera, que isso são áreas definidas pela Unesco, que é um órgão mundial também voltado para a preservação. Então a gente observa se o empreendimento está dentro de alguma dessas áreas ou não, classificadas mundialmente, para preservação. A gente observa se o empreendimento está dentro de Unidades de Conservação ou de sua Zona de Amortecimento também, que isso gera algumas restrições.

E, além disso, tem o Estudo da Flora e da Vegetação e dos Animais, que inclui peixes, insetos, anfíbios e répteis, que são cobras, lagartos e sapos. As Aves e os Mamíferos também.

Então, todos esses grupos são estudados durante esse período. E é importante ressaltar que, principalmente para os Animais e para a Flora, são realizadas duas campanhas no ano, que contempla uma estação de seca e chuvosa, que foi conduzida do ano de 2022. E todos esses Estudos da Fauna seguiu de acordo com autorização do Manejo de Fauna, que é uma autorização que é pleiteada junto ao órgão ambiental, que com essa licença, os profissionais podem vir a campo fazer as coletas, análises que precisam e são todos profissionais habilitados, com ampla experiência para fazer esse tipo de Estudo.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL MEIO BIÓTICO - FLORA

- Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço
- **Vegetação:**
 - Área Brejosa (2,09 ha);
 - Floresta Estacional Semidecidual (FESD) – estágio inicial (36,08 ha).
- **Demais usos:**
 - Acessos (0,77 ha);
 - Área Urbana (0,08 ha);
 - Instalação Rural (7,71 ha)
 - Pastagem e solo exposto (115,45 ha);
 - Açude (0,04 ha).



18

Em relação aos resultados do Meio Biótico, a gente pode observar que a região ela é predominantemente de uso antrópico, que são esses usos já consolidados de ocupação humana. Então a gente pode observar que a área de pastagem, solo exposto, eles ocupam mais de 70% da área, sendo uma pequena porção de vegetação natural, que a gente classificou como área brejosa, que tem um pouco mais de 1% , e a áreas florestadas, que aqui, no caso é uma característica da área, que a gente chama de Floresta Estacional Semidecidual.

Mas essa vegetação nativa ainda presente, ela é em estágio inicial, ou seja, ela já foi alterada e ela está começando num estágio inicial de recuperação. Isso quer dizer que que é uma vegetação não muito robusta, com poucas espécies presente, árvores muito esparsadas, sem presença de espécies de muita importância ecológica, vamos dizer assim, não que não tem importância, mas são espécies mais pioneiras.



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
MEIO BIÓTICO - FAUNA**

ANFÍBIOS E RÉPTEIS

- **Identificadas 16 espécies** (a maioria com hábitos generalistas, amplamente distribuídas no território).

AVES

- 142 espécies foram registradas na área.
- Uma espécie ameaçada de extinção em nível estadual e federal (Águia -cinzenta).

MAMÍFEROS

- 14 espécies de mamíferos registradas.
- Em geral, **espécies generalistas, tolerantes à presença do homem.**
- Nenhum Registro de espécies ameaçadas.

Phyllomedusa burmesteri

Urubitinga coronata

Didelphis albiventris

Em relação a Fauna, foi observado nos Estudos de anfíbios e répteis, que foram identificadas 16 espécies, todas com distribuição ampla, já adaptadas à presença do homem. Da mesma forma das espécies de aves, foram registradas 142 espécies, também todas de ampla distribuição; e de mamíferos também, 14 espécies e todas tolerantes à presença do homem.

É importante ressaltar apenas a presença de uma espécie, a Águia-Cinzenta, ela é categorizada como ameaçada nas listas consultadas de espécies ameaçadas; essas listas são a lista nacional do Brasil e de Minas Gerais e Internacional. Isso quer dizer que essas listas elas demonstram que algumas espécies correm mais risco de extinção que as outras. Então, na área aqui a gente observou apenas essa área. Mas sabe-se que essa área também, ela tem uma grande área de vida, ela ocupa uma área muito grande; então, como ela tem uma área de vida, ela desloca uma área muito grande, não necessariamente ela é nativa da região, mas ela pode estar usando a região como suporte para as suas necessidades de vida.

É uma espécie também que ela costuma ocupar áreas de pastagem, então a grande presença de pastagem, tanto na Fazenda quanto no seu entorno, também justifica um pouco da presença dessa espécie na região.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL MEIO BIÓTICO - FAUNA

INSETOS VETORES

- **Identificadas 16 espécies de culicídeos** (das quais 8 apresentam potencial para transmissão de parasitoses - uma de maior importância: *Aedes albopictus*).
- **Identificadas 14 espécies de flebotomíneos** (das quais 5 apresentam potencial para transmissão de parasitoses - uma de maior importância: *Lutzomyia longipalpis*).

PEIXES

- Apenas 2 espécies de peixes registradas.
- Em geral, **baixa riqueza de espécies**.
- Nenhum Registro de espécies ameaçadas.



Aedes serratus



Psalidodon rivularis



Serrapinnus heterodon

21

Ainda sobre a parte de Fauna, tem um Estudo dos insetos vetores, que são essas espécies que podem causar algumas doenças para os seres humanos. Foram catalogadas 16 espécies desse grupo Culicídeos, e 14 dos Flebotomíneos. Esses dois grupos são as espécies que parecem pernilongos, só para ser mais claro. E as espécies registradas, não teve nenhuma, nada muito diferente, são espécies que ocorrem já ambientes alterados, algumas podem trazer problemas com a Dengue, mas já é um problema disseminado em áreas urbanas e rurais, então, já eram esperados esses resultados.

Em relação à Fauna de peixes, foram registradas apenas 2 espécies de pequeno porte. Esse resultado também já era esperado pelo porte da hidrografia presente na área, são córregos pequenos, rasos, que não suportariam espécies de maior porte.



Agora, entrando um pouco no Diagnóstico do Meio Social, que é essa interação entre a comunidade empreendimento, como ocorre isso. Assim como explicado no Meio Biótico e Físico, a gente também divide essa área de Estudo, não somente na área diretamente afetada que é a rocha, como Estudos em áreas locais e regionais, para o entendimento desse contexto social numa dimensão mais ampla.

Então, os temas estudados da Socioeconomia foram: o contexto histórico, tanto local quanto regional, a dinâmica populacional e demográfica, bem como as condições de vidas observadas aqui na região, além da infraestrutura urbana presente, atividades econômicas, o uso do solo, como ocorre a ocupação aqui em torno do empreendimento, como é esse histórico da ocupação, bem como também se existe algum patrimônio natural, histórico e cultural e alguma atividade de turismo presente também. Então todos esses temas são avaliados.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL MEIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL



- Vespasiano **têm perfil de desenvolvimento socioeconômico médio-alto (Vetor Norte)**;
- **Já existe número significativo** de empreendimentos imobiliários instalados em Vespasiano, os quais variam entre padrões construtivos médio e alto;
- **Crescimento populacional** recorrente ao longo dos últimos recenseamentos demográficos, devido a provável atração populacional voltada a moradia afastada dos núcleos mais densos da RMBH;
- Região marcada pela presença de **estabelecimentos industriais** e do **setor de serviços** no bairro Angicos e **adensamentos populacionais** no bairro Imperial e em dois condomínios;
- No âmbito **socioeconômico e cultural**, conclui-se que o contexto das áreas de estudo do projeto **se mostra favorável** para a implantação do empreendimento.

24

E como os principais resultados observados durante esse Estudo da Socioeconomia, a gente pode ver que o desenvolvimento socioeconômico aqui da região, ele é considerado de médio a alto, isso tem muita influência do Vetor Norte, que foi essa política que está sendo implantada para o desenvolvimento dessa região norte do Estado, aqui próximo a Belo Horizonte.

Também observada a existência de empreendimentos imobiliários já instalados. Então, a gente vê que a região aqui tem uma vocação já histórica, e histórica recente para implantação desses empreendimentos imobiliários, com padrões construtivos indo de médio a alto.

Observa-se também um crescimento populacional nos últimos censos; isso também é um reflexo dessa expansão de condomínios da região. Aqui a região também é marcada pela presença de indústrias dos setores industrial e também do setor de serviços.

Então, com essa análise do Meio Socioeconômico, a gente pode concluir que no contexto da área estudada, o projeto é bem favorável para sua implantação aqui na região, com esse viés social.



E agora, partindo-se após essa análise dos diagnósticos dessa elaboração dos Estudos, que é basicamente uma fotografia da região, de acordo com essas temáticas estudadas, a gente parte para um próximo passo, que é a Avaliação dos Impactos, dos possíveis impactos que o empreendimento pode trazer para a região, tanto os impactos negativos quanto os positivos também, são analisados todos esses tipos de impactos.

Então os passos, principalmente, são apresentação do projeto a ser implantado, que é aqueles Estudos prévios que Laís explicou e os diagnósticos. Então a gente faz o Estudo da área, que são esses diagnósticos e depois a identificação dos impactos com os resultados desses diagnósticos, a gente consegue ter uma visão dos possíveis impactos que vão ser gerados, e, a partir daí, são propostas medidas ambientais, socioambientais, para mitigação desses impactos, ou potencialização também dos impactos positivos que foram classificados.

Essa avaliação de impacto, tanto de projetos de mitigação, eles atendem tanto ao Meio Físico, Meio Biótico e o Sociocultural também, então eles atendem toda a gama de Estudos que foram realizados.

Então, durante essa avaliação de impacto, também é dividida entre a Fase de planejamento, que é essa concepção, essa parte que estão sendo realizados os Estudos ambientais aqui na região.

Então a gente sabe que tem uma geração de expectativa durante essa Fase, que tem muitas equipes trabalhando, já tem uma movimentação, alguma coisa que vai ocorrer na região, mas em contrapartida também tem esse aumento do conhecimento técnico científico da região que que está inserida, que são feitos Estudos que posteriormente não foram feitos, levantamento de diversos tipos, que vão trazer um conhecimento maior da região.

PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS AMBIENTAIS IMPLANTAÇÃO

OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL

- GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- GERAÇÃO DE RUÍDOS E VIBRAÇÃO
- EMISSÃO DE PARTICULADO
- MOVIMENTAÇÃO DE SOLO E GERAÇÃO DE SEDIMENTOS
- COMPACTAÇÃO DO SOLO
- REMOÇÃO DE COBERTURA VEGETAL
- GERAÇÃO DE EFLUENTES LÍQUIDOS
- DESLOCAMENTO DE MÁQUINAS E PESSOAS

Medidas Ambientais:

- GESTÃO AMBIENTAL
- GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
- COMUNICAÇÃO SOCIAL
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- MONITORAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS

Outra análise que é feita é durante a implantação do empreendimento, principalmente na Fase de obra de engenharia civil, que é essa parte de implantação de obra, a gente pode catalogar alguns efeitos, que são a geração de resíduos sólidos, geração de resíduos e de ruídos e vibração, emissão de particulado, movimentação do solo e geração de sedimentos, compactação do solo, remoção de cobertura vegetal, geração de efluentes líquidos e deslocamento de máquinas e pessoa.

Então, esses itens que eu listei são os principais impactos que os Estudos demonstraram, mas a gente pode observar que em contrapartida também são sugeridas medidas para mitigar ou evitar esses impactos, que são a criação de programas de gestão ambiental, gestão de resíduos sólidos, recuperação de áreas degradadas, comunicação social, com a comunidade, com vocês no entorno, programas de educação ambiental, tanto com a parte de operação, quanto de entorno, e também monitoramento dos recursos hídricos, dos corpos d'água da região.



Ainda durante a Fase de Implantação, a gente pode observar também que tem uma mobilização de mão de obra e contratação de fornecedores. Então a gente observa que essa etapa pode trazer alguns incômodos à população como aumento da circulação de veículos nas vias adjacentes, o incômodo à população devido a barulho de obra, movimentação de veículos pesados e surgimento de alguns conflitos decorrente a esse processo de implantação.

Em contrapartida para mitigar esses impactos, é sugerida a orientação e fiscalização às empresas contratadas, todo um treinamento para diminuir esse transtorno, ações educativas tanto com a comunidade quanto com os fornecedores, e também monitoramento socioeconômicos.

Mas também, foram observados alguns impactos positivos nessa etapa, que é o aumento da geração de emprego, o aumento da arrecadação municipal, também como a Laís já destacou, e o aumento também de demandas por bens de serviço.

Então, também para potencializar esses impactos positivos é sugerida essa priorização da contratação de mão de obra local, e também investimentos de ações sociais também para esse desenvolvimento da comunidade local.

PRINCIPAIS IMPACTOS OPERAÇÃO

- GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- REVEGETAÇÃO
- COMPENSAÇÃO FLORESTAL
- UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- MOBILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
- DESLOCAMENTO DE PESSOAS
- OBRAS CIVIS

OPERAÇÃO

- GESTÃO AMBIENTAL
- RECUPERAÇÃO DE ÁREAS
- PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- MONITORAMENTO DAS ÁGUAS
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL

29

Por último, na Fase de Operação, após essas entregas de obra civil, que é quando o loteamento realmente vai começar as suas atividades, foram observados também a geração de resíduos sólidos; um impacto positivo vai ser a revegetação, a recuperação de diferentes áreas verdes que o projeto está buscando recuperar, a utilização de serviços públicos, a mobilização de mão de obra, deslocamento de pessoas e obras civis, por construção de novas residências no local.

Como medidas também para mitigar e priorizar, melhorar esses impactos, são a gestão ambiental, programas de recuperação de áreas degradadas, programas de comunicação social, continuação do monitoramento das águas, e também continuação do programa de educação ambiental.

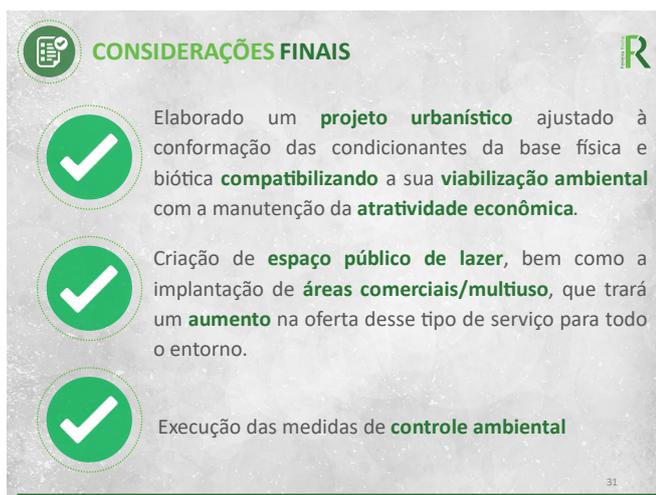


Findada essa etapa agora de análise dos impactos decorrentes, a gente parte para o que a gente chama de elaboração do Plano de Controle Ambiental, que são documentos que vão indicar como esses programas que a gente sugeriu deverão ser feitos.

Então, primeiro a gente faz isso, a gente observa as medidas ambientais, faz o projeto executivo, que é basicamente o documento, que ele vai conter o cronograma, as metodologias que esses programas vão precisar realizar.

Então isso demonstra o compromisso do empreendimento, tanto com a comunidade quanto o órgão ambiental de uma implantação correta do empreendimento.

Então, durante os Estudos foi sugerido, para a parte de gestão, um programa com três subprogramas de proteção ambiental. Para o Meio Físico, foram dois programas, contemplando dois subprogramas; para o Meio Biótico, três programas e o Socioeconômico Cultural, um programa, contemplando ainda dois subprogramas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Elaborado um **projeto urbanístico** ajustado à conformação das condicionantes da base física e biótica **compatibilizando** a sua **viabilização ambiental** com a manutenção da **atratividade econômica**.
- Criação de **espaço público de lazer**, bem como a implantação de **áreas comerciais/multiuso**, que trará um **aumento** na oferta desse tipo de serviço para todo o entorno.
- Execução das medidas de **controle ambiental**

Então, chegando na parte de Considerações Finais, a gente pode observar que o projeto foi elaborado, muito pensando na questão do contexto que ele está sendo implantado, da região, de como ele vai inserir nas áreas já modificadas, historicamente modificadas, e também pensando nessa vocação local, de um desenvolvimento econômico sustentável, e que pode trazer benefícios também tanto para o empreendimento quanto para a população local.



**CONCLUI-SE PELA
VIABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL
DO LOTEAMENTO
ARTESANO MINAS GERAIS**

Então, vistos esses pontos e também a execução dessas medidas ambientais que foram propostas, acredita-se na viabilidade socioambiental da implantação desse empreendimento.

Então, se seguirem todos esses preceitos, como como foi feito, os Estudos e a implantação desses programas sugeridos, a gente acredita na viabilidade ambiental do socioambiental do projeto.

Então, o que a gente tinha para apresentar no momento é isso, a gente continua à disposição.

Agradeço muito a atenção de todos vocês.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Muito obrigada!

Prezados, nós temos ainda dezoito minutos para quem, dezessete agora, para quem quiser realizar a inscrição, e aí a gente abrir para a Terceira Parte, que é a manifestação dos inscritos.

A gente começa a inscrição, fica aberta então até o tempo possível.

Nessa parte ocorrerão até doze blocos de Perguntas e Respostas, com cada bloco composto por três falas ou questões dos presentes, de até 3 minutos cada, seguidas de resposta única, de até 6 minutos. O tempo limite, portanto, dessa parte é de 180 minutos. Então, só para reforçar, cada manifestante pode usar até 3 minutos para a sua fala, sendo que não se pode transferir esse tempo para outra pessoa. Cada inscrito só terá direito a uma manifestação.

Para o primeiro bloco eu convoco, então o Washington Miguel Andrade Souza.

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA - Boa noite; como vocês já falaram em meu nome, eu sou síndico aqui do Condomínio Lírios do Vale; então, assim, vamos passar do mundo da fantasia, da apresentação, que foi agora para o mundo da realidade.

Um empreendimento desse tamanho, em nenhum momento vocês contemplaram nada fora do muro, entendeu? O impacto para a questão da comunidade; falaram, falaram só dos benefícios que é para quem vai morar dentro, vai ter uma rodovia que vai atravessar dentro do condomínio e vai sair aqui na rodovia que já é precária, que a Prefeitura asfaltou aqui, tapou os buracos só da metade da semana, tempo atrás, deixaram a outra metade cheia de buraco. Vocês não contemplaram o impacto urbanístico aqui, igual aconteceu na construção da Arena MRV, que foi feito viaduto, melhoramento das vias. Então, assim, veio o



Estado, que são, elas representam o Meio Ambiente, não é isso? E veio o município, que não estou vendo quem é aqui; mas, se vocês virem no projeto, o condomínio num todo, ele deixou duas áreas para a Prefeitura. Essas áreas, elas são as áreas voltadas para a área aqui do Angicos, o que é isso? Eles não fizeram um parque, eles não falaram assim: Qual a finalidade dessa área? O que é que isso quer dizer? A Prefeitura, ela pode usar essa área depois, quiser colocar uma fábrica de sabão, qualquer coisa que ela quiser utilizar com essa área, fiquem aberto, e o impacto é todo absorvido pela comunidade aqui.

No projeto de duzentos e tantos milhões, vocês não fizeram nenhum projeto do muro para fora, para contemplar uma rotatória, um melhoramento de via. Esse impacto de construção que o doutor ali apresentou superficialmente, só filmando de 10 mil metros assim: oh! Vai ter um impactozinho! Toda essa mobilidade para construção aqui, vai gerar impacto aqui, que já é sofrido aqui, que todo mundo sofre, que é uma via precária e não foi apresentado nada de benefício; para a comunidade zero, zero, zero.

Então é o seguinte, as duas áreas, uma é aqui no final, da Prefeitura e a outra lá, na outra ponta, que acontece? O Meio Ambiente não falou assim: Essa área vai ser uma área verde, uma área para absorver o impacto. A Prefeitura vai ganhar não sei quantos milhões de IPTU: *Não, nós vamos ampliar aqui essa rodovia aqui para absorver esse impacto.*

Então, assim, a comunidade aqui não é boba!

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Só conclua a sua fala.

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA – Então é o seguinte, fizeram os Estudos, falaram que iam fazer os Estudos ali, falou que vai fazer; não teve nenhum Estudo falando assim: Vai ter aumento aqui de tantos caminhões, tantos carros com a construção, essa via que já é caótica aqui, vai aumentar mais; essa parte que é da Prefeitura, ela pode fazer o que quiser. Então assim, não tem uma destinação definitiva, por exemplo: Ah, não, vamos construir um parque para a comunidade aqui, um parque ambiental; vai fazer alguma coisa que não vai impactar tanto; vamos melhorar as vias, igual foi feito lá em torno da Arena MRV, igual outros grandes empreendimentos.

Então é o seguinte, o projeto só contemplou dentro do muro.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Agradeço a manifestação!

Segunda manifestação do primeiro bloco.

Adriana Alves Lara.

Três falas, uma resposta.

Então Adriana Alves Lara.

A SRA. ADRIANA ALVES LARA - Boa noite a todos, todas.

Eu vou pedir licença porque eu acho que eu vou passar dos três minutos. Eu quero apresentar algumas questões, quero agradecer a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Senhora Adriana, apenas para fins de ordem, o regramento da nossa DN, concede 3 minutos.

A SRA. ADRIANA ALVES LARA - Eu vou pedir licença, então pode me reescrever porque não deve ter mais que cinco pessoas inscritas. Eu quero ter o direito de falar, porque tem muitas questões importantes, vocês não precisam de me responder, eu quero garantir minha fala!

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - A senhora está tendo seu direito de fala e nós temos um apreço a seguir com a DN.

A SRA. ADRIANA ALVES LARA - Por favor, deixa eu falar então.

Gente, eu queria primeiro... gente tem um mínimo de pessoas aqui para falar, no empreendimento de grande importância de impacto para a comunidade; então eu quero levantar questões que acho que é importante para o presente e para o futuro, a curto médio e longo prazo.

Vou começar pela fala do Washington, a gente pega essa Mário da Fonseca, tem um trecho dela que não tem calçada, ela tem um pedacinho muito estreito. Aí eu fiquei sabendo que vai fazer o alargamento, só que esse alargamento ele tem que ser antes das obras, porque os caminhões pesados que saem de Santa Luzia, eles estão passando aqui por dentro e virando viaduto Geosol, o tráfego aqui é pesado. Nós temos o grupo do empreendimento

aqui, as pessoas que vão acessar; são dois anos o processo de empreendimento de implementação, vai ser muito caminhão que vai fazer por esse caminho, não vai ser pela via que vai pela linha verde, vai passar por aqui. Então esse alargamento ele tem que ser.

As duas áreas institucionais que a Prefeitura, que está sendo concedida. Não sei se eu estou enganada, mas fala que tem mais de quantos por cento? Um pedacinho aqui, outro aqui e está considerando toda a área verde como área institucional.

Eu gostaria de saber; eu não tenho dúvida que a área institucional é para empreendimento público não; pode ser um posto de saúde, pode ser uma escola, pode ser alguma coisa, uma praça, alguma coisa. Um cidadão que não mora lá, se vai ter uma via, nós podemos circular lá dentro para poder ir lá no parque ou é só para quem mora lá dentro? S

A outra questão...

Que parque que é esse? Porque se ele for considerado como área institucional, ele é para todo mundo poder circular; não, porque vocês falaram uma quantidade ali X, não sei quantos metros quadrados; então eu quero que depois seja confirmado.

A outra questão é que da saída da linha verde, que vocês calcularam lá, Saída 24, até a linha a Entrada 26, são 2 km. Até o centro de Vespasiano, dá mais ou menos um, então vou contar 3 km no. Eu li o RIMA, o EIA-REIMA, lá vocês colocam como vizinho, Jardim Itaú, Jardim Itaú está longe. Aqui vocês têm como vizinho Imperial, o Angicos do lado de cá e do lado de lá, e tem o bairro Santo Antônio, que é o mais perto, se eu não me engano, que está nessa rota amarela que vocês colocaram, que é a outra área do bairro Angicos, aqueles dois lados.

Qual que é o gargalo que nós temos? É a mobilidade das pessoas para poder girar; quem acha que quem está no meio do empreendimento, vai sair lá porque não tem condição de passar no viaduto da Geosol, se ele entrar no viaduto da Geosol, porque enquanto tiver em obras, todo mundo vai passar pelo viaduto Geosol, que é o mais perto. E todo mundo sabe o gargalo que nós temos ali, o gargalo é grande. Aí você vai ter uma marginal, que a via é dupla, não é mão-única. A comunidade local precisa de ter a mobilidade dela, do outro lado também. Se o carro vai para o outro lado, a entrada de Vespasiano 26 A, não comporta os veículos daqui para poder fazer a volta lá, porque ali tem o Central Parque, vocês não colocaram como vizinho de vocês; tem toda a área industrial que vai para lá, que é um parque industrial, e novos empreendimentos está sendo construído, e aí a pessoa para poder dar o retorno, ela vai ter que atravessar, depois voltar e atravessar de novo.

Conclusão, não tem condição de pensar, entrada e saída, para quase cinco mil pessoas sem construir um viaduto. E esse viaduto é de responsabilidade do empreendimento; não é nem da Prefeitura nem do Governo do Estado.

Se vocês, se a gente pensa, vocês não sabem o preço que nós estamos pagando por empreendimentos, que eu moro na entrada do bairro Santa Clara, das pessoas que moram em frente da Cidade Administrativa, elas têm que fazer o retorno em Santa Clara, porque não tem viaduto; vocês não têm noção do gargalo que é; então, se vocês têm o prazo de 6 anos para implementar o processo - vou terminar, por favor!

Se vocês têm o prazo de 6 anos, não vamos pensar e vender gato por lebre, sem contar a realidade das pessoas do entorno, quem ajudou a construir essa cidade, os moradores antigos, aqui está Maria, os moradores que estão ali, é muita gente de Vespasiano, isso aqui é histórico, e não pode passar a régua, achando que vocês estão chegando - sejam bem-vindos, mas tem que respeitar quem que ajudou a construir Vespasiano.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Convido o senhor Edinaldo Soares.

O SR. EDINALDO SOARES - Boa noite a todos e todas presentes.

Primeiro eu quero dizer para o empreendimento e para quem está aqui, que essa cidade é nossa, e não é vocês, quando vir aqui e dizer quanto tempo que a gente tem que falar, porque a Audiência Pública é para a gente colocar o que a gente quer; então vocês não vão ouvir não é três minutos que precisar falar não, é o tempo que nós precisarmos falar, porque essa Audiência Pública é para a comunidade saber o impacto que esse empreendimento está vindo, e ninguém vai calar a boca dos vespasianenses, quem está chegando, principalmente empresas, porque nós estamos muito bem organizado nessa cidade ,e nós vamos falar enquanto for necessário para essa situação. E eu lamento muito vocês tentarem calar a boca da Adriana Lara, que é uma das maiores lideranças políticas dessa cidade, que defende essa cidade com amor, muito respeito pelas mulheres representantes dessa cidade.

Primeiro gente, eu sou Edinaldo, sou advogado aqui na cidade, eu faço parte de um dos movimentos.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Senhor Edinaldo, eu só gostaria dizer que todos têm acesso à palavra e nós seguimos um regramento do Conselho...

Sim, eu vou continuar a dar a palavra e assim como eu estou dando a todos.

Então só deixar claro que todos têm a palavra para falar, a Audiência para isso mesmo.

O SR. EDINALDO SOARES – A gente precisava, para poder concluir a nossa fala para vocês já levaram as nossas informações, porque nós faríamos um grande movimento daqui para frente, para poder fiscalizar esse empreendimento, você pode ter certeza que não é pouca coisa não, que a gente está se organizando.

Então, gente, eu sou advogado aqui na cidade há muitos anos, do Direito do Consumidor, além de outras áreas; faço parte dos movimentos sociais aqui, tanto na luta pelo transporte como pelo movimento de por moradia nessa cidade, que é um movimento que hoje tem mais de cinco mil pessoas envolvidas.

E isso é muito importante, esse empreendimento que está vindo para a cidade; é óbvio que o empreendimento dessa potência valoriza muito a nossa cidade, é necessário para desenvolvimento da nossa cidade, para o crescimento, mas obviamente que esse empreendimento, ele tem que vir, além de trazer as riquezas, para quem vai morar dentro do condomínio, porque eu tenho uma propriedade dentro de um condomínio de alto padrão, e lá, a realidade que foi apresentada aqui como colega colocou é totalmente diferente depois que o condomínio é entregue para a Prefeitura; principalmente a questão da arborização, que nesses casos que eu acompanho, principalmente no meu condomínio, lá no, eu moro em Vespasiano, mas tem minha mãe mora em outro, lá em outra cidade; não é essa realidade depois que o Condomínio é entregue.

Enfim, Adriana colocou aqui muito bem, como colega, os gargalos que vão acontecer aqui. Dentro do condomínio é tudo mil maravilhas, quando sai aqui para fora, nós, a população que mora aqui fora, eu moro aqui na cidade, dentro de bairro, a gente sofre esses impactos que vem principalmente na questão do trânsito; e a Adriana colocou aqui muito bem a saída que está prevista para lá, que é uma via. Nós temos aqueles condomínios Grand Park que nem cinquenta por cento ele foi povoado, e ele já tem um grande fluxo de veículos. Lembrando para vocês, que condomínio de alto padrão, três pessoas que moram numa casa, todas as três têm carro. Então se nós temos aqui um condomínio, e nós temos que pensar



essa cidade é para o futuro, Vespasiano ainda não foi pensada para o futuro. Nós temos aqui uma cidade que faz obra hoje, para durar o mandato daquele prefeito, e nós não podemos mais permitir isso. O impacto que esse condomínio vai trazer a longo prazo, isso significa que vão ser problemas, que Vespasiano vai enfrentar daqui a dez, quinze anos. Por isso ele tem que ser resolvido hoje, e aí ver como que vai ser a responsabilização do Condomínio ou do Município.

E aí, lá no condomínio onde minha mãe mora, nem cinquenta por cento em quatro anos foi construído o condomínio, num período de dez anos, pouco mais de cinquenta por cento já vai estar todo urbanizado. São 3 carros, geralmente por cada família lá; lá já tem 350 moradores; imagina, são mais de 1.000 veículos que vão rodar nas duas vias, para fazer acesso a essa alça, que a Adriana já explicou sobre o Angicos ali, e, caso alguém faça o retorno lá embaixo no retorno da entrada A de Vespasiano, ou seja, fora os veículos dos outros condomínios, e mais dois condomínios que estão sendo construídos lá na região de baixo, que vai passar na alça, na Entrada A, ou seja, vai ser um gargalo desse tipo.

Segunda coisa, o que vem para nossa comunidade? Nós temos aqui um assalto com asfalto de péssima qualidade.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Eu peço para seguir para a sua conclusão, senhor Edinaldo, a fim de respeitar os demais inscritos, que também aguardam sua vez.

O SR. EDINALDO SOARES – OK, obrigado.

Nós temos aqui um asfalto de péssima qualidade, onde o fluxo de veículos e de caminhões, principalmente durante as obras, não resistirão ao peso desses veículos, lembrando que nosso município tem feito assalto dessa grossura, que dois anos depois de construído, o que sobra a partir de etapa buraco todos os dias, nós não temos mais um asfalto de boa qualidade.

Portanto, é necessário que seja revisto qual tipo de recapeamento que vai ser feito nessas vias; as vias que já existem, qual que é o compromisso deste ambiente, desse empreendimento quanto ao asfalto que já existe, se vai ser feito um novo asfalto, com

qualidade para aguentar a demanda, tanto dos carros que vão passar pela via quanto os veículos, que durante a vida inteira vai continuar circulando.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Só a fim de dar a organização, está encerrada a inscrição para os demais, que também tem que ser ouvidos.

Então, senhor Edinaldo, eu peço que conclua.

O SR. EDINALDO SOARES – Eu vou concluir.

Então, o que acontece? Tanto que os veículos, que vão passar durante anos nessa via, a Prefeitura vai ter que arcar com tapa-buraco durante o resto da vida? Gera esse empreendimento, que acaba gerando um prejuízo para o município.

Portanto, gente é importante, nós que a comunidade aqui, que estamos acompanhando e vamos acompanhar daqui para frente esse empreendimento, que a gente exija do poder público que avalie, e nós vamos avaliar junto, este empreendimento e qual que é o retorno que a comunidade vai receber, tanto do asfalto que vai ser, das vias que já existem, como que isso vai ser tratado, quanto da alça de acesso, quanto do retorno; porque é importante esse condomínio? É importante, vai gerar milhares de emprego, vai trazer desenvolvimento para a cidade, mas vai trazer muito, muito, muito gastos para o município, que, depois de entregue, sobra nas nossas costas, que temos que suportar dinheiro público gasto para sustentar os carrões, os ricos que precisam passar pelas vias das nossas comunidades.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Abro agora para a empresa, seguindo o Bloco que tem 6 minutos para dar uma resposta única às 3 manifestações.

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) - Bom, boa noite a todos, meu nome é Erik, eu estou representando aqui a Ferreira Rocha, que foi a empresa responsável por fazer um Estudo de Impacto Ambiental.

Primeiramente, obrigado pela pergunta, Washington, Adriana e Edinaldo, a gente está aqui para justamente tentar trazer esses esclarecimentos, então, só abordando um pouco

sobre a metodologia que a gente constrói esse Estudo de Impacto Ambiental, ele tem a construção ali da avaliação do diagnóstico, falando propriamente dito sobre o Meio Socioeconômico, então a gente faz toda a investigação da ocupação do entorno, que é sabido que é uma área que é populosa, tem os bairros, tem os condomínios.

Então, eu vou chegar nesse ponto Washington, a gente apresentou, é claro que a gente tem um tempo, a gente tem um tempo, conforme a legislação ambiental, para gente apresentar todo o Estudo. Então a gente consegue, de fato, apresentar, apenas a relação dos impactos. Mas eu queria colocar aqui que tem toda uma metodologia para avaliar esses impactos, então, se a gente puder consultar o EIA, você vai ver que tem um capítulo lá de uma série de páginas, cerca de 30 páginas, tratando especificamente, não só desse impacto, mas de todos os outros impactos que foram, que vão ser controlados.

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA - Então, o que vai ser feito para mitigar esses impactos?

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) - Esse é o outro capítulo, que são as medidas propostas para mitigar ou potencializar esses impactos. Então, eu entendo aí a sua dor por a gente não conseguir aprofundar muito nesses impactos, mas esse impacto.

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA - (Inaudível)

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) - Eu queria chegar nesse impacto, que foi específico que você colocou, sobre os incômodos à população...

Perfeito, esse impacto ele está lá descrito no nosso EIA, ele tem um capítulo específico, ele tem um capítulo específico para falar sobre quais são esses incômodos, a gente fala aí sobre Riscos de Acidentes nas vias.

Então nesse impacto, Washington, sobre os incômodos à população local, a gente vem fazendo um detalhamento completo sobre como esse impacto pode vir a ocorrer e quais são as medidas propostas para ele; então, eu queria só deixar claro aqui que a metodologia foi considerada para avaliar esses impactos, dentre outros, e aí, a ideia para as medidas para



mitigar, é que a comunidade seja de fato ouvida, a gente tem um Programas de Comunicação Social que ele, a metodologia dele é participativa; então a gente vai promover reuniões, encontros com vocês.

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA – (Inaudível)

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) - O projeto ele existe, ele já, novamente; a gente não consegue apresentar dez projetos.

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA – Fala aí em 10 minutos o que vai fazer...

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) – 10 minutos eu não tenho, então, então eu estou tentando te colocar aqui que nesse programa.

Objetivamente, eu estou tentando, que o programa de...

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA – (Inaudível)

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) – Aí nós vamos entrar em outra questão, nós vamos entrar em todas essas questões; a gente está tentando responder para vocês, que a gente entende a preocupação com esse impacto...

É porque, assim, a gente tem um é um rito, a gente tem um rito; então eu estou tentando trazer para vocês que a ideia do Programa de Comunicação Social e de Educação Ambiental, é que a comunidade seja ouvida, que a comunidade participe, que a comunidade auxilie o empreendedor a adotar as melhores práticas.

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA – Você fez um Estudo, você sabe quantos caminhões vão entrar aqui; vão entrar 200 caminhões para construção.

Já passam 500 por dia... você tem que apresentar... nós vamos fazer isso e isso para mitigar? A sociedade vai ter que fazer o Estudo para vocês?

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) – Não, não estou falando que vai fazer, eu estou convidando, inclusive, a sociedade a participar, e aí, só para fechar aqui, a gente tem um documento igual foi apresentado aqui, que é um Plano de Controle Ambiental. Nesse Plano de Controle a gente tem é 5 páginas por cada programa, explicando o que vai ser feito, que é o projeto que vocês estão querendo tanto saber; a gente não consegue apresentar tudo, esse é um primeiro momento, é um rito do licenciamento, que é a Audiência Pública tem que acontecer.

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA – Só vou fazer uma pergunta, vocês vão fazer alguma alteração na via, de melhora?

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) – Ok, essa pergunta foi feita, está repetindo, então eu queria esclarecer sobre o impacto, vou passar aqui para a Artesano, para explicar um pouco mais; é claro, se a gente puder ter a fala aqui.

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) - Boa noite. Meu nome é Claudia, eu sou Diretora da Artesano, agradeço a participação de todos vocês; há um mês atrás nós fizemos uma Reunião Pública, que foi bem divulgada, vários de vocês estavam presentes. Foi uma Reunião Pública voluntária que nós fazemos, e podemos fazer novas, onde não há tempo, não há previsão de tempo de fala de réplica e tréplica. Aqui é uma Audiência que tem que seguir esses ritos. Nós comunicamos naquele dia que nós estávamos ali justamente porque ali não tinha tempo, não tinha cronômetro e nós estávamos à disposição para tirar todas as dúvidas que a comunidade tiver.

Então nós fizemos essa audiência, se vocês acharem necessário, faremos outra mais uma, quantas forem necessárias, sem a previsão de tempo; aqui nós estamos seguindo um rito legal de uma Audiência Pública.

Para ser objetiva nas perguntas que vocês nos fizeram, se nós estamos fazendo um condomínio, um projeto só pensando dos muros para dentro? Não! Nós estamos fazendo um residencial, um projeto pensando no entorno e nas comunidades, senão não teríamos feito audiências, a reunião pública que nós fizemos com a comunidade para ouvir a comunidade. Nós fizemos um diagnóstico social também, independente da Consultoria, que é também um

rito obrigatório, voltaremos aqui agora para fazer também, e fazer projetos do Instituto Artesano, que a gente quer trabalhar junto à comunidade, fora dos nossos muros, como foi perguntado. Então nós vamos fazer essa Via Parque, que é uma via de ligação - só mais um minutinho, por favor.

Uma via de ligação do empreendimento, que foi até uma solicitação da Prefeitura, uma diretriz viária, que vai ligar a MG-10 até a Mário Fonseca Vieira. Nós também vamos fazer uma ciclovia ali no entorno, uma área de parque. É uma área externa para a comunidade,

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – (Inaudível)

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) – Não; é do lado de fora. A via é pública; eu estou falando, eu estou falando que ela é pública, é uma via pública.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – (Inaudível)

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) – Não, não estou falando que não, estou falando que não é!

Então eu vou continuar a falar para poder responder à comunidade que está aqui.

É uma via pública, qualquer pessoa vai poder passar sem precisar se identificar, nem nada, tá? É uma via pública, vocês vão sair daqui da comunidade e vão poder acessar a MG-10, vão poder acessar a ciclovia, vai ter o parque, como a Laís falou, que vai ter essas áreas de estar, essas áreas, que vai servir para toda a comunidade, inclusive para o seu residencial aonde vocês moram.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Rapidinho, e esse trânsito, esses caminhões... eles vão poder passar nessa Via Parque... **(Inaudível)**

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) – Então, essa é uma diretriz viária da Prefeitura. Essa foi uma solicitação desde sempre que a Prefeitura, no primeiro dia de reunião, que nós tivemos com a Prefeitura, e eu entendo que é uma é importante para a mobilidade da cidade. Então você ter esse fluxo de trânsito para a cidade. Então hoje para

você ir para Vespasiano, aí eu acho que Prefeitura pode explicar melhor, mas isso faz parte do Plano Diretor da Prefeitura, onde vocês também têm uma participação; quando vocês aprovam um Plano Diretor, a cidade aprova um Plano Diretor, você tem todas as diretrizes viárias colocadas nesse Plano Diretor, esta via está no Plano Diretor, foi aprovada pela Câmara de Vereadores, com certeza, com várias Audiências Públicas, como é necessário.

Eu acho que dentro disso, então nós temos essa via, que é do Plano Diretor do município, temos a anuência do DER, então a gente fez os Estudos para poder interligar esse viário à via do DER, a gente tem o projeto aprovado e vai ser feita a duplicação; então, tem lá uma área para ser duplicada a Mário Fonseca Vieira.

Então é isso.

Agradeço a todos, muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Vamos abrir agora o Segundo Bloco.

Eu passo a palavra ao senhor Leandro Santos.

Por gentileza, senhor Leandro, você tem 3 minutos, se possível.

O SR. LEANDRO SANTOS – Vai ser bem rapidinho. Eu queria que no próximo bloco, você só explicasse melhor essa questão, aonde que está esse parque, que vai ser contemplado, que vai ter, se vai ser só aquelas beiradinhas que coloca aqueles equipamentos para fazer ginástica ou se a gente vai ter acesso a essa parte lá do córrego. E com relação a essas áreas também que foram doadas para a Prefeitura, a gente gostaria de saber exatamente o que vai ser feito nisso, como que isso vai voltar para a comunidade.

E a outra questão é essa, desde quando asfaltou essa rodovia, a gente perdeu, a gente tinha esse espaço, a gente tinha que andar na beirada do asfalto, para poder fazer uma caminhada, o pessoal do bairro, hoje em dia não tem nada, a gente não pode, não tem nem como nem fazer uma caminhada, e que vai ser feito nessa rodovia, esse pedaço que vai ser duplicado da Mário Fonseca, qual pedaço que é esse, queria que vocês explicassem, que isso está bem vago, não vi isso hora nenhuma, porque hoje a gente corre risco de atropelamento aqui o dia todo, assim, isso está datado, o acidente, vai acontecer alguma coisa, porque não tem como conviver com esses caminhões.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) - Onde vai ser esse melhoramento na Mário Fonseca Viana; qual projeto vai ser feito só lá dentro do condomínio.

O SR. LEANDRO SANTOS – A tragédia está próxima.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Eu vou chamar Bruno Márcio, Você tem a palavra, Bruno.

O SR. BRUNO MÁRCIO - Boa noite, meu nome é Bruno, sou morador aqui de Vespasiano, e eu estou com o celular porque bati a foto da apresentação, vou ser vem objetivo, e aí eu gostaria de ser respondida, assim também, objetivamente, sobre essas perguntas.

Primeiro, eu gostaria de saber mesmo, como se chegou à conclusão do que está sendo chamado de Impactos à população e de Benefícios, qual que foi assim, quem foram as pessoas ouvidas, quantas foram, se foram, né, porque isso aqui, eu acho que a gente precisa discutir.

Eu acho que vão ser precisas algumas audiências, porque tem muito, acho que tem, mais perguntas do que respostas hoje, e a gente precisa continuar essa conversa, no entendimento, por exemplo; sobre a questão do aumento dos empregos, que foi colocado aqui, de quais empregos nós estamos falando, será que é só no momento da construção da obra? São importantes, podem beneficiar a comunidade, mas toda obra requer que pessoas trabalhem. Então, isso não é necessariamente um benefício à comunidade. Ok que priorizem a comunidade local; mas acho que preciso de mais, porque nós estamos falando de um empreendimento que tem cerca de 5.000 lotes. Então quer dizer quantas - não, 5.000 pessoas, cerca de 5.000 pessoas, 1.000 lotes, mas, quer dizer, é um impacto importante, na construção, um período, vamos dizer limitado, e o impacto é por longo tempo, porque as pessoas estarão aí.

Então eu penso que é importante assim, enfim, envolver também a Prefeitura e o Governo do Estado que está aqui também participando, acerca das contrapartidas, que precisam ser mais claras.

Aumento da Arrecadação Municipal. Nem vou entrar no mérito dessa questão, porque faz parte do processo mesmo, e o tópico de Aumento das Demandas por Serviço, está

colocando como benefício à população. Então estou supondo, porque não ficou muito claro, que seja a procura do comércio local; mas tem outras questões que vão aumentar as demandas, que não é propriamente um benefício; quer dizer, essas pessoas vão precisar acessar os serviços públicos da região, e de que maneira isso vai acontecer, qual é, vamos dizer, a contrapartida para responder a essa demanda que está sendo gerada pelo empreendimento.

Eu acho que são perguntas que ainda não tiveram respostas. Então acredito que vai ser necessário realmente outras reuniões.

Bom, é isso!

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Agradeço.

Dou a palavra à senhora Cristina Pereira.

A SRA. CRISTINA PEREIRA - Boa noite. Eu sou Cristina Pereira, moradora do bairro e pelo visto, até agora não vi ninguém do bairro perguntando em questão aqui das vias que vai ser passada aqui. Minha preocupação maior é o alargamento da via; primeiramente, a gente tem uma escola, que sai em frente à avenida, quando vai ficar entre o lado, dos dois bairros, dos dois condomínios. Eu gostaria de saber se vai haver esse desvio, é antes da escola ou se depois da escola, porque a gente tem que preocupar, porque aqui é uma escola, que pode trazer outras crianças de outras escolas para cá, que foi o que a Prefeitura passou para a gente também.

Eu gostaria de saber se esse alargamento, como vai ser feito esse desvio, porque estamos em frente a uma escola. E, falar a melhoria do benefício para o bairro em questão de comércio. Como será feito isso? E eu peço mais um minutinho, se eu tiver, para alguém do bairro aqui que queira falar, que esteja querendo falar e não fez a inscrição, se pode falar, porque a gente é só um representante do bairro aqui que abriu até agora, porque todos são do centro de Vespasiano, do Santa Clara, falou...

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Ficou aberto para todos, 30 minutos, é nosso regramento.

Mas como falado, já existem outros canais de comunicação, a empresa, o representante do empreendedor disse que tem esse canal de outras reuniões públicas. Essa reunião que a gente está fazendo hoje, ela é regrada por uma norma própria.

A SRA. CRISTINA PEREIRA – Isso aí eu estou sabendo. Então vamos, para mim não acabar meu tempo e eu não falar nada.

Em questão da nossa é via pública, como está sendo muito danificado, como todos reforçaram e eu reforço também; vamos estar em frente de uma escola, onde a via vai ficar mais volumosa de veículos transitando. Então, como vai ser feito. Eu quero essa resposta que não foi feita ainda para todos os três que perguntaram aqui, quatro, se eu não me engano. Eu gostaria de ouvir essa resposta, porque eu estou exigindo pelo espaço que a gente está em frente a uma escola e todos os dois lados está em frente, vão estar saindo dessa via.

Eu tenho mais tempo?

E em questão do comércio, como vai ser? Você falou que é melhoria do comércio, que vai ser construído, não sei se é do lado de dentro, se ele vai ser do lado de fora, se vai beneficiar os dois lados, porque já que é melhoria para o bairro, para o município, ela tem que ser feita em conjunto, não tem que dividir igual Alphaville dali de cima, eu sei que tem comércio lá dentro, a gente não pode comprar, a gente não pode, só os funcionários de lá; então aqui também, eu vi que teve uma demonstração aí de uma via que vai ser alargada, se ela vai estar passando igual a essa via que vai ser feita lá dentro do condomínio, pelo visto ela vai ser passada lá dentro, essa melhoria vai ser feita só para o do lado de lá ou essa melhoria vai ser feita para o lado de cá também?

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Você precisa de mais tempo,

A SRA. CRISTINA PEREIRA – Alguém quer fazer a pergunta?

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Na verdade Cristina, nós temos uma previsão de ampliar o prazo de inscrição para manifestação; então a gente pode abrir novamente aqui. **(Pausa)**

O regramento não permite isso, é Perguntas e Respostas. **(Pausa)**

Então por isso que eu estou abrindo novamente a inscrição. **(Pausa)**

A SRA. CRISTINA PEREIRA – Então, gente, vamos respeitar então o limite deles. Ninguém vai fazer nenhuma pergunta, ninguém vai perguntar nada; vai deixar ela responder a pergunta que foi feito por quatro pessoas e não foi respondida.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Eu vou abrir a lista de inscrição por mais 10 minutos para novas inscrições, OK? Quem tiver interesse, e para esse segundo bloco, eu abro 6 minutos para as respostas do empreendedor.

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) – Bom, então vamos lá. Acho que é uma pergunta que foi feita aí por algumas pessoas é como será o Parque.

Bom, o Parque é público, qualquer pessoa pode entrar, não precisa se identificar, passar por nenhum tipo de cancela. O parque é público. Na Fase 1 do empreendimento está previsto somente um Parque Linear ao longo dessa avenida, que é a avenida também é pública; a avenida é diretriz viária do município. Então é uma faixa de áreas verdes ao lado da avenida, onde vão ter equipamentos urbanos, áreas de estar e áreas de lazer. Essa área, de novo, é pública, assim como a ciclovia também. No final do projeto na Fase 3, a Fase 2, ela vai ter uma ampliação do Parque, que vai contemplar também aquelas outras áreas verdes e a Fase 3, aquela parte de cima, aí a gente temo Parque completo.

O Parque, ele é uma área de nascente, uma área de matas, então ele tem muita área de preservação permanente, e algumas áreas que vão poder ser ocupadas por áreas de lazer para toda a comunidade.

O parque é público, vai ser doado para a cidade de Vespasiano. **(Pausa)**

Então vou continuar a responder aqui as perguntas.

Outra pergunta que foram feitas também é sobre as áreas institucionais, qual é o uso que vai ser feito? Essa não é uma determinação do empreendedor, quem vai determinar o uso é a Prefeitura, não pode ser construído uma fábrica ali, ali é uma área de equipamento urbano, é uma área de equipamento comunitário, equipamentos urbanos, desde um posto de saúde, uma escola, e isso é uma coisa que vai ser definida pela Prefeitura. O Plano Diretor

de Vespasiano também define quais são os usos. Então, de novo, não pode ser uma fábrica, são equipamentos comunitários.

Sobre a duplicação da Mário Fonseca, então, está prevista a duplicação da Mário Fonseca em toda a extensão do empreendimento. Então, a gente só pode realmente intervir em área que é de propriedade do empreendimento. Então está sendo prevista toda uma área de duplicação em toda a extensão da do empreendimento.

Aí eu acho que tem uma questão do Erik, que é como se chegou à conclusão de impacto com a população.

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) – Bom, especificamente sobre a pergunta do Bruno, sobre os impactos, então a gente tem uma metodologia de avaliação, um diagnóstico do território e partindo-se para avaliação de impactos. E aí concluiu-se, tanto impactos positivos e negativos para a população local especificamente. Os impactos negativos, são esses que a gente estava falando sobre os incômodos, os transtornos que podem vir a ocorrer e que tem as medidas previstas de Comunicação Social, Educação Ambiental; e os impactos positivos, de fato eles, o principal, é aquele do Aumento da Geração.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – (Inaudível)

O SR. ERIK TERRA DUTRA ALVES PINTO – (CONSULTORIA) – A resposta foi uma avaliação metodológica que a equipe concluiu, que a equipe fez. A gente fez uma avaliação, chegou-se à conclusão desses dois impactos, positivos e negativos. O positivo vai ser potencializado com a geração de empregos, tanto na Fase de Implantação, você colocou aqui toda obra, tem os seus empregos, mas é uma obra de grande porte, então tem um quantitativo significativo de empregos, que vão ser gerados pra absorção da população local, e esse aí é a ideia potencializar com o programa que está sendo previsto de Priorização da Mão de Obra Local, então a ideia é trazer o quantitativo percentual maior de trabalhadores da população local, divulgando as vagas de emprego; e aí um outro impacto positivo seria na Cadeia de Fornecedores, não só do comércio, mas pode ter outras empresas, não só aqui do entorno, mas do município, que possam vir ser alavancadas, fornecendo insumos, equipamentos e máquinas, tanto para as obras quanto para a operação do projeto.

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) – A gente ainda tem um tempinho aqui, eu acho que eu não concluí as perguntas da Cristina sobre a preocupação com a escola, do alargamento. O alargamento não chega até aqui a escola – é essa escola que você está falando? **(Pausa)**

A duplicação ela se dá para dentro da Fazenda e não para fora; então não haverá nenhum impacto na escola. **(Pausa)**

Não, é para trás da moradia.

Então só concluindo as outras perguntas que ela me fez, que é sobre o comércio também; o comércio vai ser público, eu desconheço que o comércio de Alphaville não se pode entrar, mas de qualquer maneira, o comércio que vai ser implantado no nosso empreendimento, ele será de acesso público, qualquer pessoa pode acessar o comércio.

Eu acho que eu respondi todas as perguntas.

O SR. ALEX ALMEIDA – (CONSULTORIA) – Tem 30 segundos ainda, só para concluir aqui. Foi perguntado como é que chegou na metodologia de Impactos Ambientais.

Meu nome é Alex Almeida, junto com Rafael, faço parte da Ferreira Rocha. Essa metodologia de identificação de impacto ambiental, ela é regrada por normas federais e estaduais aqui do Estado. Isso começa numa Deliberação CONAMA Federal de 1986, que traz lá como é que se desenvolve um Estudo de Impacto Ambiental.

Então é um procedimento meio assim, técnico, que você começa fazendo, como Rafael disse, uma foto da área, uma caracterização da área. Você entende o projeto e através de metodologias técnicas, você casando o projeto com a imagem da área, surge quais são os principais incômodos, os principais impactos que podem surgir. Esses impactos eles são avaliados e assim, são avaliados através de procedimentos metodológicos, que são referenciados em normas federais, em termos de referência do órgão Estadual, da SEMAD, e também em procedimentos técnicos, artigo científico.

Então, do nosso capítulo do EIA, que é um documento mais extenso, a gente tem uma metodologia.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Eu peço para seguir para a conclusão.

O SR. ALEX ALMEIDA – (CONSULTORIA) – ... de Estudo, a gente pode depois trazer mais informações se tiver outra dúvida sobre esse ponto, explicar um pouco mais sobre essa metodologia; mas é referenciado em normas aí federais, estaduais e técnicas também, que a gente faz esse Estudo para poder trazer no Estudo Ambiental.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) - Obrigada!

Para quem tem interesse de fazer a inscrição para se manifestar, mais 3 minutos. Enquanto isso, eu abro o Terceiro Bloco e a dou a palavra a senhora Kelly Moraes.

Kelly, você tem 3 minutos.

A SRA. KELLY MORAIS - Tá bom, obrigada!

Boa noite a todos. Meu nome é Kelly e eu tenho um pequeno comércio aqui na avenida Marco Fonseca Viana e a grande dúvida que eu tenho é o seguinte, como que a gente vai ficar? Porque são cerca de 6 moradores, 6 famílias e uma Galeria que faz divisa com a Fazenda, com o empreendimento. Como que vai ser feito isso? Se vai, se tem intenção de tirar a gente; Tá no ar né? Então a gente quer saber como que a gente fica com essa situação?

Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) – Tati, tem mais inscritos? **(Pausa)**

O SR. WASHINGTON MIGUEL ANDRADE SOUZA – Mas vou quebrar o protocolo!

É o seguinte, dentro do empreendimento é um T as rodovias, ela sai ali embaixo, ela sai ali em baixo e a outra sai até na metade aqui em cima. O que acontece, por que vocês não fazem a ligação já direto e sai depois da escola e diminui o fluxo daqui, dessa rodovia, que tem o impacto ambiental?

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) – Eu acho essas discussões superinteressantes, e como os representantes do empreendimento se colocaram à disposição de ter outros canais, eu acredito que isso vai ser oportunizado e feito.

Eu gostaria de reforçar que nós aqui, como Mediadores do Estado, nós também temos uma norma a seguir, nós também respondemos por seguir essas normas; de maneira alguma

a intenção da Audiência é que as pessoas não se manifestem, pelo contrário, a intenção da Audiência é ouvir as manifestações. Contudo, dentro dos regramentos dessa, especificamente desse tipo de reunião. Então eu peço a colaboração de todos; a gente também está aqui respondendo pelos nossos atos, todos nós, nós aqui da Mesa Diretora e os demais que estão organizando esse evento. Por essa razão, nós estamos insistindo nas regras.

Então, não havendo mais inscritos. Eu abro para a resposta desse último questionamento da senhora Kelly, e eu peço que, se possível, já dê o retorno de todos os questionamentos.

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) – Bom, a senhora Kelly perguntou sobre a questão do comércio, que ela mora numa área em frente à avenida, essa área está fora da área do nosso projeto, ela não pertence ao...

Isso, ela é divisa, ela não está dentro da área do nosso projeto, então nós não vamos mexer nessa área, porque ela não nos pertence. Vocês vão permanecer aonde vocês estão. Então realmente ali não tem, nós não temos nenhuma ação que será feita na área que não pertence à área do empreendimento.

A SRA. – (NÃO IDENTIFICADA) – (Inaudível)

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) – A duplicação vai ser feita para dentro do empreendimento.

Eu acho que eu respondi todas as questões.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) – OK, obrigada!

Finda essa parte de manifestações, entramos na Quarta Parte da reunião das Considerações Finais. O empreendedor e sua equipe técnica ou sua equipe técnica, tem até 10 minutos para fazer considerações finais.

O SR. ALEX ALMEIDA – (CONSULTORIA) – Bom gente, Alex aqui novamente da Ferreira Rocha, eu queria aproveitar esses 10 minutos de manifestação, para voltar em algumas perguntas aqui, para ter certeza que essas perguntas vão ficar esclarecidas vocês, eu anotei

aqui quatro pontos que eu quero voltar, vou pedir para o pessoal aqui também volte, eu vou responder uma. A primeira pergunta, perguntou se a gente, quem foi ouvido; você também mencionou sobre a participação popular. Então eu vou responder a esses dois pontos, depois eu passo aqui mais três pontos que eu anotei para a equipe.

Como o Erik mencionou, existe dentro do capítulo de Diagnóstico Socioeconômico, uma metodologia que a gente precisa fazer a coleta de percepção da população no entorno.

Então o Erik esteve aqui junto com a nossa equipe e coletou entrevista com algumas pessoas, obviamente, a gente não vai identificar quem a gente conversou, com quem não conversou; mas tem referenciado nos Estudos essas entrevistas realizadas. Esse Estudo Socioeconômico então, além de conversar com as pessoas, também a gente utiliza dados secundários, dados que são disponíveis aí para a gente utilizar, dados do IBGE que são importantes também, que fala um pouco dessa dinâmica do município, da região, e esses dados é eles formam essa percepção social.

Então foram ouvidas lideranças, foram ouvir pessoas da comunidade, isto está registado dentro do Estudo. Obviamente a gente não, como eu disse, a gente não coloca nomes das pessoas que que ouvimos, para podermos, para preservar essas entrevistas, e, acima de tudo, sobre a participação popular, a gente entende que o Licenciamento Ambiental ele é um ato de participação popular. Então, embora tenha esse diagnóstico que faça essa consulta, faça essa entrevista, que é parte do Termo de Referência do Órgão Ambiental, a gente também tem essa etapa de Audiência Pública, que também é uma parte desse diálogo com a comunidade. Tem as Reuniões Públicas que são fora da Audiência Pública, como já fizemos a primeira no dia 18 de dezembro.

Existe um programa dentro dos Programas Ambientais aqui, dos compromissos ambientais foram colocados, chama-se Programa de Comunicação Social que, justamente mantém esse diálogo de comunicação, onde são criados canais de comunicação, e-mails, telefones de contato, que essas reuniões com a comunidade continuam ao longo da Implantação e da Operação.

Então isso está registado também dentro do programa, um Programa de Comunicação Social, todos esses programas depois que são analisados pelo Órgão Ambiental, eles são validados, se forem validados, eles viram Compromissos, e aí virão Condicionantes que

precisam ser atendidas periodicamente pelo empreendedor durante a Implantação, durante a Operação.

Mais três pontos aqui, que eu vou pedir para o pessoal que responda, sobre o comércio local, acho que é bom dar também uma explicação sobre essa concepção do comércio que está propondo, dos lotes comerciais que estão sendo proposto, e também um pouco mais acho que sobre a via também de acesso, que foi uma primeira pergunta que foi colocada, acho que, de repente, vale também a Claudia trazer aqui uma explicação sobre esses dois pontos.

A SRA. CLAUDIA YASSUDA – (EMPREENDEDOR) – Bom, o comércio local, obviamente, nós vamos dispor de lotes comerciais, nós não vamos construir nada nesses lotes, mas o que eu acho também, que a implantação desse empreendimento, ele também vai melhorar o comércio local, porque ele vai trazer novos moradores, que vão se utilizar também desse comércio. E dentro, então do empreendimento, vão ser implantados comércios futuramente, que vão atender não só os condôminos dos residenciais, mas também como toda a comunidade. Então é uma área comercial que pode agregar para toda comunidade e também os moradores do residencial, também vão se beneficiar também dos comerciantes.

E com relação à via; a via é como eu falei, ela é uma diretriz da Prefeitura, é uma diretriz que está no Plano Diretor do município de Vespasiano, e que nós temos a obrigação de implantar, e também a duplicação da via ali na Mário Fonseca Viana, que ela não vai invadir a área da escola, e ela vai para dentro do nosso empreendimento.

Então ela também não vai causar impacto na escola, porque ela vai para o outro lado em direção adentro da área da Fazenda.

Acho que com isso nós concluímos as nossas respostas.

A SRA. PRESIDENTE – (LINA NOTARI PASQUALINI) – Obrigada!

Nós já começamos a seguir para o encerramento, mas antes disso, eu gostaria de lembrar a todos que os interessados podem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a Audiência, apresentar documentos ou formular perguntas referentes as questões aqui tratadas, encaminhando elas para a FEAM. Nesses casos, o empreendedor tem também 5 (cinco) dias

Audiência Pública de Apresentação dos Estudos Ambientais – EIA-RIMA, do Loteamento Artesano Minas Gerais – Vespasiano – MG - 18.01.2024



úteis para apresentar as respostas. Tais questionamentos podem ser enviados para o e-mail rodrigo.carvalho@meioambiente.mg.gov.br.

Essa reunião foi transmitida pelo YouTube e, por isso, fica disponível online, caso necessário.

Em nome da Mesa Diretiva, eu agradeço a participação de todos e declaro encerrada essa Audiência Pública.

Boa noite!
